

## **O PROJETO DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E O DIREITO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE**

**Marcos Roberto Gentil Monteiro** é Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará, ex-professor da Universidade Federal de Sergipe, professor da Universidade Tiradentes da cadeira de Sociologia Geral e Jurídica, assessor técnico da Desembargadora Clara Leite de Rezende.

### **RESUMO**

O problema da menoridade no Brasil é social, não jurídico. A violência urbana cometida por jovens não irá desaparecer em virtude de mudança de legislação. Existe motivação social para o cometimento da maioria dos delitos cometidos por adolescentes, relacionada à elevadíssima concentração de renda da sociedade brasileira, à ocorrência do trabalho infantil, à elevada taxa de analfabetismo. Um problema social não se resolve legalmente, mas através de políticas públicas que visem a inclusão social dos mais carentes.

### **INTRODUÇÃO**

Num país como o Brasil, que integra o grupo das nações recentemente industrializadas, não fazendo parte do G-8, nem da OPEP, relacionando-se então com os E.U.A., Alemanha, Japão, Inglaterra, Itália, França, Canadá e Rússia (em razão de seu potencial bélico e de sua localização geográfica), bem como com os maiores exportadores de petróleo, a saber, Arábia Saudita, Iraque, Venezuela, Kwait, de modo submisso (não há terceira opção: em qualquer sociedade, bem assim na internacional, as relações sociais são de dominação e submissão a depender do poder de barganha), neste momento histórico de globalização econômico-financeira, quando as soberanias aglutinam-se em blocos de países com vistas ao fortalecimento de seu poder, na sociedade capitalista neoliberal excludente deste início de século, a fim de cumprir as metas traçadas pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Brasil enquanto emergente sucateia as políticas públicas estatais, privatizando quase a totalidade dos serviços públicos, excluindo cada vez mais gente da possibilidade de ter acesso à satisfação de suas necessidades vitais básicas.

Neste contexto de miséria e exclusão social da maioria, quando a mídia

eletrônica volta a sua atenção para focalizar a violência dos delitos cometidos pela juventude brasileira contra seres humanos que integram a elite, a classe dominante, retorna ao palco das discussões a obsoleta cantilena conservadora, simplista e omissa preconizando a redução da maioria penal como solução para a criminalidade no Brasil.

Este ensaio visa analisar o problema do ponto de vista da ciência social, informada pela objetividade e impessoalidade, desprovida de sentimentalismos que possam macular a descrição da realidade do fenômeno da delinquência juvenil em solo pátrio.

### 1 – OS INDICADORES SOCIAIS QUE VITIMAM A INFÂNCIA E A JUVENTUDE BRASILEIRAS

Numa **sociedade** - reunião de grupos de indivíduos ligados, ainda que inconscientemente, por características comuns, **capitalista** - uma vez que tem por principal objetivo a acumulação de capital, **neoliberal** - vítima da crescente redução do Estado na prestação dos serviços públicos e **excludente** - não proporciona aos miseráveis e pobres o acesso a seus direitos fundamentais, os índices de analfabetismo demonstram-se insatisfatórios, mais de 13% consoante o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, taxa que se eleva para mais de 32%, se o critério a ser analisado não é o de simplesmente desenhar o próprio nome, mas sim a capacidade de interpretar uma bula de remédio, instruções para montagem e utilização de aparelhos eletrodomésticos, ou seja, o analfabetismo funcional.

A educação, “direito de todos e dever do Estado e da família”, consoante o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil vigente, ápice do ordenamento jurídico pátrio, que, segundo o mesmo dispositivo legal, possui por objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na realidade, tendo em vista o sucateamento de seu sistema público, e sua mercantilização no sistema privado, não tem proporcionado à cidadania brasileira o desenvolvimento de um espírito crítico capaz de filtrar as perniciosas influências propaladas em massa, principalmente, pela mídia eletrônica, com a utilização do rádio e da televisão, principalmente.

Para agravar a inconsciência social e a falta de espírito crítico a mídia eletrônica mais contribui para desinformar e alienar os espíritos no interesse da reprodução e da continuidade do sistema capitalista, através de apelos comerciais que desvalorizam o ser humano em detrimento de quinquilharias inúteis. A manipulação da informação promovida no interesse comercial é maciça. A esse respeito, esclarecedoras as palavras de DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia: Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social*. São Paulo: Atlas, 2002. p.

363: “Por conta do contexto do poder e da ideologia, toda informação também desinforma, pois, ao não poder dizer tudo, diz seletivamente o que no momento parece ser o caso dizer. Não estou referindo-me à informação deliberadamente mentirosa, mas à informação comum, à linguagem cotidiana não problemática, bem como à linguagem científica. Em ciência, vale também a regra metodológica: todo dado revela e encobre a realidade, porque é construto interpretativo. Nessa trajetória, seria fundamental envolver os sistemas de informação em aparatos de controle democrático, para que a desinformação possa ser reduzida ou pelo menos monitorada. A tendência do sistema capitalista de informação é, contudo, do monopólio, em todo o mundo, tamanha é a importância concedida a esse tipo de mercado. Basta olhar que todos os políticos seguem de perto o movimento da mídia e, quando podem, buscam tornar-se donos de meios de comunicação. Muitos políticos entram no mundo do mercado capitalista pela via da posse de meios de comunicação, porque entendem que dominar a mídia é o fator preponderante do acesso e permanência no poder. Informação é, entretanto, meio. Fim é a **formação**.”

Sobre as deficiências do sistema educacional discorre com maestria o mesmo autor DEMO, Pedro. op. cit. p. 324: “A população excluída está condenada à escola pública, quase sempre coisa pobre para o pobre. Quem pode a evita, inclusive professores públicos que nela trabalham. Aí a gratuidade indiscriminada não é problema, porque, destituída de qualidade, essa oferta somente atrai o excluído, tendencialmente. O princípio universal da gratuidade indiscriminada é correto apenas em contextos de relativa igualdade social, como em países do *welfare state*. Em situações de extrema desigualdade, funciona pelo avesso: discrimina tanto mais a quem deveria proteger. Quanto melhor for a qualidade da universidade pública gratuita, tanto mais é assaltada pela elite, em cujo baile encontra também certa esquerda: na defesa indiscriminada, oculta-se que no baile só estão elas. A grande maioria da população fica de fora, à espera de esmola. Temos aqui o apego a formalismos legais, com desprezo solene pela historicidade das sociedades, que não vivem de estruturas legais, mas da miséria cotidiana a elas infligida. Ao contrário de ser conquista histórica formidável e quase avatar da democracia tupiniquim, frutifica no cultivo ostensivo dos privilégios da elite. Aí se educa a elite, para que como tal se mantenha. Em nome dos excluídos.”

A concentração de riqueza e renda no Brasil são patentes. Segundo o IBGE, o 1% mais rico detém mais de 53% da riqueza e mais de 29% da renda nacionais.

A erradicação do trabalho infantil encontra-se longe de ocorrer. A maioria dos jovens brasileiros precisa contribuir com o seu trabalho para o orçamento doméstico, abrindo mão de se qualificar adequadamente para melhor competir no mercado de trabalho.

## 2 – A PERDA DE AUTORIDADE DOS PAIS NA FAMÍLIA E A CRISE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A família se vale da vida, da perpetuação da espécie e da integração no grupo para atender as necessidades básicas de formação do ser humano nas dimensões biopsíquica e sociocultural.

Enquanto instituição social, não dispensa a autoridade dos pais para fiscalizar a coesão intragrupal no atendimento das necessidades dos seus membros.

A principal função da família é, indubitavelmente, a de socialização dos descendentes, a de transmitir regras, padrões, valores, tradições, costumes, ou seja, tudo que um ser em formação necessita aprender para ser aceito no grupo social mais amplo.

Com efeito, a respeito do processo social de interação recíproca denominado socialização discorre com maestria TURNER, Jonathan H.. *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books, 1999. p. 75.: “Todos nós nos tornamos humanos através da interação com outros, e nela adquirimos uma personalidade, aprendemos como nos adaptarmos em sociedade e organizar nossas vidas. Esse processo de socialização na cultura e estrutura social é vital para a sociedade e para o indivíduo. Sem socialização não saberíamos o que valorizar, o que fazer, como pensar, como conversar, para onde ir ou como reagir. Não seríamos homens. Enquanto a socialização nos primórdios da vida é o mais importante, nunca paramos de ser “ressocializados” através da trajetória da vida. Tal socialização nos ajuda a fazer a transição para novas situações de vida; sem ela, seríamos robôs inflexíveis e vítimas de nossas antigas experiências.”

O papel socializador da família é ressaltado por CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. *Sociologia do Direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 104.: “Como instituição social, a família possui três funções principais: *procriativa*, *educativa* e *econômica*. Desincumbe-se a família da função *procriativa*, garantindo a persistência e a expansão do grupo, determinando o equilíbrio emocional pela complementaridade dos sexos. A família contemporânea tende a fixar-se nessa função. A *função educativa* é complementar da anterior. Por ela, a família age como grupo eminentemente socializador, promove a integração dos novos seres humanos na comunidade. Ela é responsável pela transmissão da herança sociocultural que garante a continuidade do grupo. A família desempenha função econômica e garante a sobrevivência dos membros por intermédio da busca dos meios de subsistência. A tendência atual é a participação cada vez maior dos membros da família na produção fora do lar. Por isso, a família restringe-se, aos poucos, à função procriativa. Na idade pré-escolar, a criança é socializada em creches – nova instituição mantida pelo Estado ou por grupos de iniciativa privada – ou pela empregada doméstica.”

Ocorre que, após a revolução das telecomunicações, com as invenções da televisão e da rede mundial de computadores, os pais passaram a sofrer a concorrência poderosa da mídia, enquanto efficientíssimo instrumento de difusão de valores, crenças, atitudes e aspirações, geralmente dissonantes dos princípios que norteiam a educação familiar.

A respeito do poder da mídia enquanto instrumento poderoso de difusão de valores, ideologia, sentimentos e aspirações discorre VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 174.: “A unilateralidade predominante na interação feita com a intermediação dos modernos meios de comunicação de massa – cinema, rádio, televisão, jornal – é um efficientíssimo e, por isto mesmo, perigoso instrumento de dominação e manipulação das massas, através da transmissão de crenças e valores, bem como, em consequência, da formação de opiniões e atitudes.”

Desde a erotização subliminar promovida pelas apresentadoras de programas infantis, passando pela desenfreada violência, tônica dos desenhos animados, bem como das produções cinematográficas principalmente norte-americanas, sem falar nas minisséries nacionais tais quais, *verbi gratia*, *Presença de Anita*, afora a apologia do crime em programas tipo *Linha Direta*, onde o *modus operandi* de diversas infrações penais é semanalmente exibido, até chegar a entrevistas e programas que desconhecem a fronteira entre o público e o privado, desrespeitadores da intimidade, da vida privada e da honra, tais como *Casa dos Artistas* e *Big Brother*, a mídia eletrônica é um convite à criminalidade. Antes que se esqueça, há ainda os apelos publicitários ao consumo de drogas e álcool, recheados de gente jovem, saudável e esteticamente agradável.

Some-se a essa perversão, o fato de ser na infância e na juventude o processo de socialização mais intenso, devido os jovens possuírem a necessidade natural de auto-afirmação, eis a tarefa hercúlea dos pais, enquanto titulares do pátrio poder sobre os filhos.

Outro fator que dificulta a socialização dos pais na família foi o componente histórico da urbanização a partir de meados do século passado, quando a mulher passou a ocupar os postos de trabalho, deixando de apenas dedicar-se à administração doméstica e à educação dos filhos, com o escopo de contribuir com o poder aquisitivo da família. Isto tem levado a uma diminuição da atenção dispensada aos infantes pelos seus reais socializadores, seus pais, que são gradativa e insatisfatoriamente substituídas por empregadas domésticas, babá ou pela mídia eletrônica.

Sabido que WEBER conceitua poder como sendo “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo diante de resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”; sendo relação social o conjunto de ações sociais dotadas de significado; e ação social, “a ação individual influenciada

pela ação dos demais”, tem-se que os pais devem exercer sua autoridade com bastante equilíbrio. Não devem ser excessivamente permissivos, já que precisam promover a coesão, manter a ordem e preservar a estrutura familiar, nem tampouco autoritários, postura que promove desintegração pela revolta.

A melhor opção é o equilíbrio, o diálogo, o debate, a convivência respeitosa. “É proibido proibir”. “Censura nunca mais”. De nada adianta desligar os aparelhos, controlar o acesso à rede mundial de computadores. A proibição serve para despertar curiosidade. Pode ser ainda mais prejudicial. É melhor acompanhar, colocar as intenções subjacentes, interpretar os comerciais objetivos, construir a estrada da parceria. É melhor prestar atenção aos filhos, cotidianamente, que se surpreender com toda a rebeldia que a sua energia reprimida é capaz de causar.

Sobre a contemporânea crise de autoridade dos pais na família esclarece CASTRO, op. cit. p. 101: “Todas as instituições possuem uma autoridade que as encabeça e se orientam por ela. Quando essa autoridade perde o poder, duas opções manifestam-se: ou a pessoa portadora da autoridade será substituída, ou a instituição imerge em crise. Esse fenômeno lembra-nos o pensamento assaz repetido de Lao Tsé: “Se o teu poder não mais recebe respeito, um outro poder está a caminho.” Por outro lado, observando, por exemplo, a crise da família contemporânea, verificamos o reflexo na decadência da autoridade dos pais. Tratando-se de transição, mudança de concepção institucional da família ou fenômeno ainda não devidamente diagnosticado, o certo é que o sentido difundido de “autoridade” dos pais sofre questionamento.”

Tal crise familiar é um fenômeno global e provoca consequências em todos os demais setores institucionais, contribuindo decisivamente para a formação de indivíduos que não respeitam regras, limites, desintegradores sociais.

Se você é pai, lembre-se “há o tempo de plantar e o tempo de colher”, crianças e adolescentes rebeldes tendem a conduzir-se desregradamente na escola, bem como tornar-se futuros criminosos em potencial. Se você é filho, reflita sobre os versos de Renato Russo: “Você me diz que seus pais não entendem, mas você não entende seus pais. Você culpa seus pais por tudo, isso é absurdo; são crianças como você. O que você vai ser quando você crescer?”

### **3 – MOTIVAÇÃO SOCIAL DA MAIORIA DOS DELITOS PRATICADOS PELA JUVENTUDE BRASILEIRA**

Há enorme mistificação em torno do Estatuto da Criança e do

Adolescente na sociedade brasileira. Muitos acreditam que a lei tornou as crianças e os adolescentes brasileiros inimputáveis. Ledo engano, os infantes e jovens recebem medidas socioeducativas pelos atos infracionais que cometem, que vão desde a simples advertência até a internação em regime fechado.

As sanções encontram-se, de igual forma, previstas. Ocorre que a função ressocializadora da Justiça da Infância e da Juventude é mais enfatizada, em virtude de serem tais criaturas seres em formação. O objetivo é que através de uma equipe multidisciplinar de pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais de saúde, advogados, haja uma retransmissão e reassimilação de normas, costumes, crenças, que possibilitem ao jovem que cometeu ato infracional um retorno saudável ao convívio social.

Tal tendência ressocializadora é ressaltada diante da constatação de que o agravamento das sanções penais, bem como dos regimes de cumprimentos de pena ao invés de contribuir para a redução da criminalidade, pelo contrário, leva, não só ao incremento dos índices de violência, além de difundir na opinião pública.

Segundo o Ministério da Justiça, *in* MATTAR, Hélio. *Reduzir a maioria penal é fuga. Folha de São Paulo*. 31 de janeiro de 2001, p. A – 3: “73,8% das infrações cometidas por jovens atentam contra o patrimônio e, dessas, 50% são furtos. Só 8,5% das infrações atentam contra a vida.”

Acontece que tais atos infracionais atraem a atenção da mídia interessada na exibição da miséria humana e não preocupada com a informação verdadeira.

Obviamente, a delinquência juvenil brasileira apresenta causa social, e não será através de lei que o problema será equacionado.

WEBER já explicitava com muita propriedade a ineficiência da estrutura política estatal enquanto causa da criminalidade. O indivíduo que crê na validade e na eficácia do ordenamento jurídico, acredita que seu comportamento desviado será sancionado e não restará impune, orienta de acordo com essa crença a sua conduta, e tende a se comportar de molde a atender as expectativas de comportamento padronizado.

Mas num sistema jurídico como o nacional, onde competentes advogados possuem à disposição da defesa de seus constituintes um sem número de recursos, que podem ocasionar, inclusive, prescrição, o crédito na impunidade se alastra e com ele os índices da criminalidade.

## CONCLUSÃO

Nesta sociedade capitalista, neoliberal e excludente, onde as políticas públicas encontram-se crescentemente sucateadas, no interesse econômico da

elite internacional, formada pelos monopólios e oligopólios, os indicadores da sociedade brasileira acabam constituindo-se na principal causa da delinquência juvenil, principalmente, o analfabetismo, a concentração de renda e o trabalho infantil.

Para garantir às crianças e aos jovens brasileiros seus direitos humanos e fundamentais, dentre os quais se destaca o de serem socializados adequadamente pela família, e por um sistema educacional de qualidade é necessária uma conscientização da sociedade brasileira de que não será por mudança legislativa que o problema da delinquência juvenil será resolvido, mas sim através da eficiência da estrutura política estatal, que deve intervir na economia visando à redução das desigualdades sociais e regionais.

Reduzir a maioria penal seria punir duplamente o futuro do Brasil, alimentando ainda mais o espiral da violência, da miséria e da exclusão social desse início de milênio.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. *Sociologia do Direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- DEMO, Pedro. *Introdução à Sociologia: Complexidade, Interdisciplinaridade e Desigualdade Social*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATTAR, Hélio. *Reduzir a maioria penal é fuga*. Folha de São Paulo. 31 de janeiro de 2001.
- TURNER, Jonathan H.. *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.